



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Relatório INSP-2021-0088
BI-2021-0089

1 – Dados da inspeção

Data: 23/09/2021 **Hora:** 9h30 **Tipo:** Ação Direta

Âmbito: Regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente – Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto; Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro.

Motivo da inspeção: Rotina

Inspetor responsável: Paulo Pires

Outros inspetores da IRA: António Moutinho

Diligências realizadas:

A inspeção foi realizada ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 30.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho, no âmbito da campanha de inspeções a instalações abrangidas pelo regime jurídico de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas, instituído pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto. De modo a garantir a presença e disponibilidade de interlocutor habilitado a prestar os esclarecimentos necessários, a inspeção foi previamente comunicada ao operador. O operador fez-se representar pelo responsável do estabelecimento, Eng. André Vieira, o qual forneceu os esclarecimentos necessários, facultou acesso à documentação relevante e acompanhou a visita às instalações.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com toda a legislação aplicável.

2 – Estabelecimento inspecionado

2.1 – Operador

Firma: SAAGA - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, SA

NIPC: 512000549

Sede: Rua Maestro Edmundo Machado Oliveira n.º 22

Código Postal: 9500-732

Freguesia: Santa Clara

Concelho: Ponta Delgada

Ilha: Ilha de São Miguel

2.2 – Estabelecimento inspecionado

Nome: Parque de GPL da Horta

Endereço: Av. Gago Coutinho e Sacadura Cabral



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Código Postal: 9900-062

Freguesia: Horta (Angústias)

Concelho: Horta

Ilha: Ilha do Faial

Atividade: 52102 - Armazenagem não frigorífica

Outras atividades:

Período de funcionamento

Licenciamento da atividade:

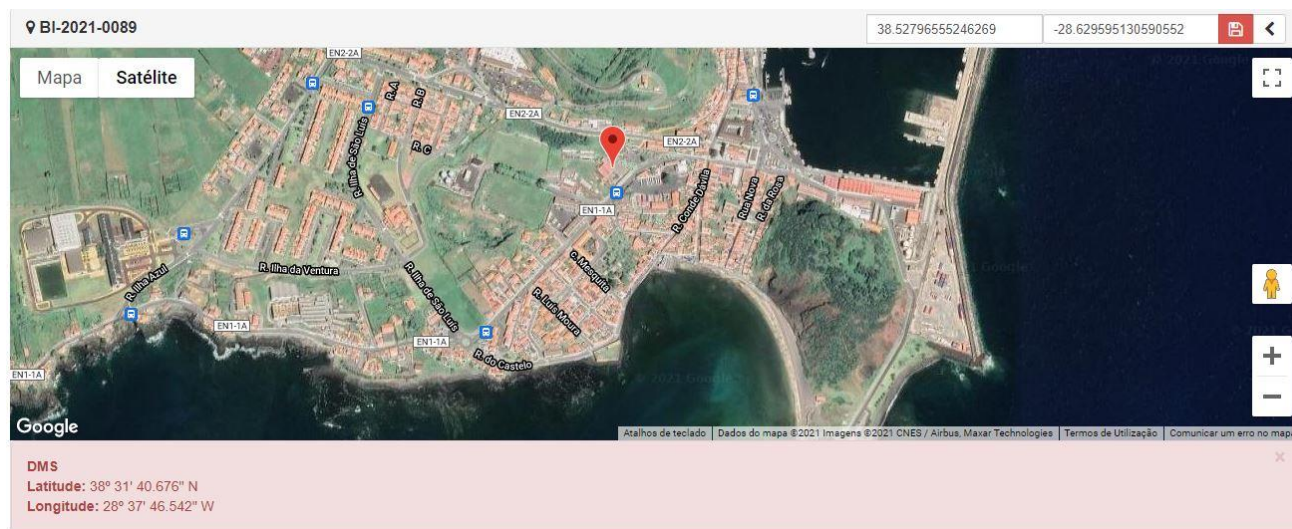


Figura 2.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

3 – Enquadramento do estabelecimento

Substâncias perigosas potencialmente presentes no estabelecimento ^{a)}:

| Substância | Categoria (parte I anexo I) | Substância designada (parte II anexo I) | Quantidade máxima (t) |
|--------------------|---|--|-----------------------|
| Butano (GPL) | | 18 – Gases inflamáveis liquefeitos, categoria 1 ou 2 (incluindo GPL) e gás natural | 455 |
| Gasóleo (I) | | 34 – Produtos petrolíferos e combustíveis alternativos | 0,15 |
| Etilmercaptano (I) | Perigos físicos P5a; Perigos para o ambiente E1 | | 0,05 |

^{a)} Apenas são mencionadas as substâncias relevantes para efeitos do anexo I do DL 150/2015.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Atividades exercidas, relacionadas com substâncias perigosas:

| Atividade | Descrição sumária da atividade | | | | | | | | | | | | |
|---|---|--------------|-----------------|---------|----|-----|--------|----|-----|--------|----|-----|--------|
| Receção de substâncias perigosas | O GPL é recebido por gasoduto a partir de navio butaneiro atracado no Porto da Horta. A receção é feita com os recursos humanos e materiais do próprio estabelecimento e com apoio de um piquete dos Bombeiros Voluntários da Horta. Em média é realizada uma receção de produto por mês. | | | | | | | | | | | | |
| Armazenagem de substâncias perigosas | <p>O GPL recebido do navio butaneiro é odorizado com etilmercaptano e armazenado em três reservatórios cilíndricos horizontais, de montagem aérea. Normalmente existe também uma quantidade variável de GPL armazenado em vasilhame (parque de garrafas) a aguardar expedição.</p> <p>No quadro seguinte encontram-se identificados os reservatórios fixos existentes no estabelecimento, a respetiva capacidade e o produto armazenado.</p> <table><tr><th>Reservatório</th><th>Capacidade (m³)</th><th>Produto</th></tr><tr><td>B1</td><td>250</td><td>Butano</td></tr><tr><td>B2</td><td>250</td><td>Butano</td></tr><tr><td>B3</td><td>250</td><td>Butano</td></tr></table> | Reservatório | Capacidade (m³) | Produto | B1 | 250 | Butano | B2 | 250 | Butano | B3 | 250 | Butano |
| Reservatório | Capacidade (m³) | Produto | | | | | | | | | | | |
| B1 | 250 | Butano | | | | | | | | | | | |
| B2 | 250 | Butano | | | | | | | | | | | |
| B3 | 250 | Butano | | | | | | | | | | | |
| Utilização / transformação de substâncias perigosas | <p>No estabelecimento existe uma estação de enchimento de garrafas, com uma linha de enchimento em carrocél para as tipologias G-26, G-24 e G-22 e linhas de enchimento fixas para as restantes. Todas as garrafas são previamente inspecionadas, sendo rejeitadas as que não reúnem os requisitos necessários.</p> <p>O estabelecimento está dotado de uma estação de bombagem e de compressão para a movimentação do butano (fase líquida e fase gasosa) entre reservatórios e entre os reservatórios e a estação de enchimento.</p> | | | | | | | | | | | | |
| Expedição de substâncias perigosas | Todo o butano é expedido em garrafas acondicionadas em grades. Existe um empilhador para apoio à carga e descarga dos camiões de transporte. | | | | | | | | | | | | |
| Operação e manutenção de infraestruturas e equipamentos | As atividades relacionadas com a operação normal do estabelecimento, tais como descarga de navios, enchimento de garrafas, e pequenos trabalhos de manutenção, são executadas pela SAAGA. | | | | | | | | | | | | |



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Classificação do estabelecimento:

Início de atividade: 1975

Enquadramento no DL 150/2015: Estabelecimento existente - al. f) art. 3.º

Classificação quanto à perigosidade: Estabelecimento de nível superior

Outros aspetos relevantes para a verificação dos requisitos legais aplicáveis:

| Aspeto | Sim | Não | Observações |
|---|--------------------------|-------------------------------------|-------------|
| a) O estabelecimento integra um grupo de efeito dominó? | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | |
| b) Foi introduzida (ou está prevista) alguma alteração ao inventário de substâncias perigosas (tipo ou quantidades)? | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | |
| c) Foi introduzida (ou está prevista) alguma alteração ao estabelecimento que possa configurar uma alteração substancial? | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | |
| d) Foi efetuado (ou está previsto) o encerramento definitivo ou a desativação do estabelecimento (total ou parcial)? | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | |

Observações:

Estavam em curso obras de melhoria do serviço de incêndio, designadamente a construção de um novo reservatório de água e uma nova sala de bombagem com novos equipamentos. As obras em curso permitirão aumentar a capacidade de armazenamento de água de 200 m³ para 1600 m³ e a capacidade de bombagem de 80 m³/h para cerca de 400 m³/h. As melhorias permitirão ainda alargar a rede de chuveiros a locais atualmente não abrangidos, nomeadamente a zona de enchimento de garrafas. As alterações em curso foram previamente comunicadas à entidade licenciadora (Direção Regional da Energia), não tendo sido consideradas como alteração substancial.

4 – Instrumentos de prevenção – nível inferior ou nível superior

4.1 – Dever de comunicação

| Requisito | Sim | Não | Não aplicável |
|---|--------------------------|--------------------------|-------------------------------------|
| a) O operador de novo estabelecimento enviou à autoridade ambiental uma comunicação contendo os elementos previstos no anexo II do Decreto-Lei n.º 150/2015, previamente ao início da construção ou de alteração que implique a modificação de inventário? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| b) O operador de outro estabelecimento enviou à autoridade ambiental uma comunicação contendo os elementos previstos no anexo II do Decreto-Lei n.º 150/2015, no prazo de seis meses a contar da data em que o estabelecimento passou a estar abrangido? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

| Requisito | Sim | Não | Não aplicável |
|---|--------------------------|--------------------------|-------------------------------------|
| c) O operador atualizou a comunicação previamente a alguma das seguintes situações? <ul style="list-style-type: none">• Alteração substancial do estabelecimento, com implicações na alteração da informação constante da comunicação anterior;• Alteração da classificação das substâncias perigosas presentes, sempre que implique uma alteração do enquadramento do estabelecimento (nível inferior para superior ou vice-versa);• Alteração do nome ou denominação social do operador ou do endereço do estabelecimento;• Alteração da sede social e endereço do operador;• Alteração do responsável do estabelecimento. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| d) O operador comunicou previamente o encerramento definitivo ou a desativação do estabelecimento, apresentando uma declaração que ateste a data a partir da qual deixa de haver substâncias perigosas no estabelecimento? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |

Observações:

Mantinha-se em vigor a comunicação efetuada à Autoridade Ambiental em 03/08/2016. Não foram identificadas modificações que obrigassem a nova atualização.

4.2 – Política de prevenção de acidentes graves

| Requisito | Sim | Não | Não aplicável |
|---|-------------------------------------|--------------------------|-------------------------------------|
| a) O operador definiu uma política de prevenção de acidentes graves, que consta de documento escrito? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| b) A política de prevenção de acidentes graves é proporcional ao perigo de acidentes graves e inclui os aspetos seguintes? <ul style="list-style-type: none">• Objetivos e princípios de ação gerais fixados pelo operador, nomeadamente a garantia de um nível elevado de proteção da saúde humana e do ambiente;• O papel e a responsabilidade da gestão de topo;• O empenho na melhoria contínua do controlo dos perigos de acidentes graves. | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| c) A política de prevenção de acidentes graves foi revista e, se necessário, atualizada de cinco em cinco anos? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| d) A política de prevenção de acidentes graves foi revista e, se necessário, atualizada na sequência da introdução de uma alteração substancial no estabelecimento? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |

Observações:

A política de prevenção é revista anualmente juntamente com os restantes aspetos do Sistema de Gestão de Segurança para a Prevenção de Acidentes Graves, no âmbito da reunião da revisão pela gestão (última realizada em 31/03/2021). A última atualização do documento foi efetuada em 17/03/2014.

4.3 – Plano de emergência interno (PEI) / Plano de emergência interno simplificado (PEIS)

| Requisito | Sim | Não | Não aplicável |
|--|--------------------------|--------------------------|-------------------------------------|
| a) O operador de novo estabelecimento elaborou um PEI / PEIS previamente à entrada em funcionamento? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

| Requisito | Sim | Não | Não aplicável |
|--|-------------------------------------|--------------------------|-------------------------------------|
| b) O operador de outro estabelecimento elaborou um PEI /PEIS no prazo de 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passou a ficar abrangido? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| c) Os trabalhadores e o pessoal relevante contratado a longo prazo foram consultados pelo operador de estabelecimento de nível superior para efeitos de elaboração e da atualização do PEI? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| d) O PEI /PEIS foi revisto e, se necessário, atualizado pelo menos de 3 em 3 anos? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| e) O PEI / PEIS foi revisto e, se necessário, atualizado previamente à entrada em funcionamento de uma alteração substancial? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| f) O PEI / PEIS foi colocado à disposição da IRA, sempre que solicitado? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

Observações:

A última revisão do plano de emergência interno foi efetuada em dezembro de 2019. No processo de revisão foram consultados todos os trabalhadores do estabelecimento, incluindo vigilantes e pessoal de limpeza (consultas registadas em formulário próprio para o efeito).

Aspeto a melhorar: incluir no documento um quadro com a identificação dos responsáveis pela elaboração, revisão e aprovação.

4.4 – Exercícios de aplicação dos planos de emergência (PEI / PEIS)

| Requisito | Sim | Não | Não aplicável |
|--|-------------------------------------|--------------------------|-------------------------------------|
| a) O operador de estabelecimento de nível inferior realizou exercícios de aplicação do PEIS com periodicidade mínima de dois em dois anos? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| b) O operador de estabelecimento de nível superior realizou exercícios de aplicação do PEI com periodicidade mínima de uma vez por ano? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| c) O operador de estabelecimento que integre um grupo de efeito dominó realizou exercícios conjuntos com os restantes operadores com a periodicidade mínima de 3 em 3 anos? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| d) Os exercícios de aplicação dos planos de emergência foram comunicados com uma antecedência mínima de 10 dias? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

Observações:

Foi realizado um exercício em 24/10/2019 subordinado ao cenário 4 do PEI, tendo como objetivo testar a resposta da equipa, os equipamentos e a coordenação com entidades externas.

Em 19/11/2020 foi realizado um exercício subordinado ao cenário 2 do PEI.

Estava agendada a realização de um novo exercício no dia 09/11/2021, comunicado por correio eletrónico às entidades no dia 22/09/2021.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

4.5 – Informação ao público

| Requisito | Sim | Não | Não aplicável |
|---|-------------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| a) O operador elaborou, divulgou e mantém disponível ao público de forma permanente, nomeadamente por via eletrónica, a informação constante do anexo VI do Decreto-Lei n.º 150/2015? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| b) A informação disponível ao público foi atualizada sempre que necessário, nomeadamente quando tenha ocorrido uma alteração substancial do estabelecimento? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

Observações:

A informação encontrava-se disponível no site do operador – www.saaga.pt. A última atualização datava de 09/03/2020.

4.6 – Estabelecimentos de efeito dominó

| Requisito | Sim | Não | Não aplicável |
|---|--------------------------|--------------------------|-------------------------------------|
| a) No prazo de 30 dias após receber a comunicação de que integra um grupo de efeito dominó, o operador enviou aos demais estabelecimentos integrados no seu grupo a informação mínima obrigatória? <ul style="list-style-type: none">• Descrição das atividades desenvolvidas;• Inventário de substâncias perigosas e informação sobre a sua perigosidade, designadamente as fichas de dados de segurança;• Se for um estabelecimento de nível superior, representação em carta dos cenários de acidentes cujo alcance atinja os estabelecimentos que integram o grupo de efeito dominó. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| b) O operador teve em consideração a informação que recebeu dos estabelecimentos do grupo de efeito dominó para efeitos de revisão da sua política de prevenção de acidentes graves, do sistema de gestão da segurança, do relatório de segurança, do plano de emergência interno e da informação necessária para a elaboração do plano de emergência externo? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |

Observações:

4.7 – Zonas de perigosidade

| Requisito | Sim | Não | Não aplicável |
|--|--------------------------|--------------------------|-------------------------------------|
| a) O operador de novo estabelecimento ou de estabelecimento sujeito a alteração substancial submeteu o respetivo projeto para avaliação de compatibilidade de localização? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| b) No caso de aprovação condicionada do processo, o operador cumpriu as condições impostas pela autoridade ambiental? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| c) O operador apenas iniciou a construção do estabelecimento ou a execução da alteração após a decisão da autoridade ambiental que ateste a compatibilidade de localização do projeto? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

| Requisito | Sim | Não | Não aplicável |
|--|-------------------------------------|--------------------------|-------------------------------------|
| d) O operador de estabelecimento existente de nível superior enviou uma proposta fundamentada das zonas de perigosidade associadas ao estabelecimento no prazo de um ano após a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 150/2015? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| e) O operador de estabelecimento existente de nível inferior enviou uma proposta fundamentada das zonas de perigosidade associadas ao estabelecimento no prazo de dois anos após a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 150/2015? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| f) O operador de outro estabelecimento enviou uma proposta fundamentada das zonas de perigosidade associadas ao estabelecimento até 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passou a ficar abrangido pelo Decreto-Lei n.º 150/2015? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| g) O operador enviou uma proposta fundamentada das zonas de perigosidade associadas ao estabelecimento antes da entrada em funcionamento, no caso de alteração substancial que não implique um aumento dos perigos de acidente grave, de forma a atualizar a informação constante do cadastro, nomeadamente no caso da desativação de instalações? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |

Observações:

A proposta fundamentada das zonas de perigosidade foi remetida à autoridade ambiental no dia 04/08/2016. Foi remetida uma proposta atualizada em 12/12/2017.

5 – Instrumentos de prevenção – nível superior

5.1 – Relatório de segurança

| Requisito | Sim | Não | Não aplicável |
|---|-------------------------------------|--------------------------|-------------------------------------|
| a) O operador de novo estabelecimento de nível superior elaborou e submeteu o relatório de segurança previamente ao início da construção ou de alteração de inventário de substâncias perigosas da qual decorresse que o estabelecimento passasse a ser de nível superior? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| b) O operador de outro estabelecimento de nível superior elaborou e submeteu o relatório de segurança no prazo de 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passou a ficar abrangido pelo Decreto-Lei n.º 150/2015? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| c) O operador de estabelecimento de nível superior reviu, atualizou (se necessário) e submeteu a versão atualizada do relatório de segurança previamente à introdução de uma alteração substancial ? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| d) O operador de estabelecimento de nível superior reviu, atualizou (se necessário) e submeteu a versão atualizada do relatório de segurança periodicamente, de cinco em cinco anos, a contar da data da submissão da informação relativa à última revisão? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| e) O operador de estabelecimento de nível superior reviu, atualizou (se necessário) e submeteu a versão atualizada do relatório de segurança na sequência de um acidente grave no estabelecimento? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| f) O operador de estabelecimento de nível superior reviu, atualizou (se necessário) e submeteu a versão atualizada do relatório de segurança por sua iniciativa ou a pedido da autoridade ambiental, justificado por novos factos ou para ter em consideração novos conhecimentos técnicos relativos à segurança? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

| Requisito | Sim | Não | Não aplicável |
|--|--------------------------|--------------------------|-------------------------------------|
| g) No caso de ter considerado não ser necessária a atualização do relatório de segurança, na sequência da revisão efetuada, o operador apresentou a fundamentação dessa opção? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| h) O operador apenas iniciou a construção do estabelecimento ou a execução da alteração após a aprovação dos relatórios de segurança? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| i) No caso de aprovação condicionada do relatório de segurança ou das suas atualizações, o operador cumpriu as condições impostas pela autoridade ambiental? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |

Observações:

O operador submeteu uma nova versão atualizada do relatório de segurança em 12/02/2020 (edição de dezembro de 2019), que foi aprovada pela Direção Regional do Ambiente através do ofício SAI-DRA/2020/2434, datado de 29/06/2020.

5.2 – Auditoria ao sistema de gestão da segurança

| Requisito | Sim | Não | Não aplicável |
|--|-------------------------------------|-------------------------------------|--------------------------|
| a) O operador apresentou à autoridade ambiental, até 30 de abril de cada ano, um relatório de auditoria, relativo ao ano anterior, que ateste a conformidade do sistema de gestão de segurança do estabelecimento? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| b) A auditoria mencionada no ponto anterior foi realizada por verificadores qualificados pela Agência Portuguesa do Ambiente? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

Observações:

Auditoria de 2020:

O relatório da auditoria relativa ao ano de 2019, realizada nos dias 12 e 13 de março de 2020, foi remetido à Direção Regional do Ambiente em 17/04/2020.

Auditoria de 2021:

O relatório da auditoria relativa ao ano de 2020, realizada nos dias 5 e 6 de abril de 2021, foi remetida à Direção Regional do Ambiente em 27/07/2021. O prazo para submissão do relatório em 2021 foi dilatado pela Agência Portuguesa do Ambiente até 30 de junho, atendendo à situação pandémica. O operador justificou o atraso na submissão com o facto de apenas ter recebido a versão do relatório em papel no dia 27/07/2021. Apesar de ter recebido a versão eletrónica do relatório no dia 26 de junho, o operador interpretou, erroneamente, que deveria remeter a versão original, motivo pelo qual aguardou a receção da versão em papel.

5.3 – Informação para elaboração do plano de emergência externo

| Requisito | Sim | Não | Não aplicável |
|---|--------------------------|--------------------------|-------------------------------------|
| a) O operador de novo estabelecimento de nível superior forneceu a informação necessária à elaboração do plano de emergência externo, previamente à entrada em funcionamento? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

| Requisito | Sim | Não | Não aplicável |
|---|-------------------------------------|--------------------------|-------------------------------------|
| b) O operador de outro estabelecimento de nível superior forneceu a informação necessária à elaboração do plano de emergência externo, no prazo de 18 meses a contar da data em que passou a ficar abrangido? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| c) O operador reviu e, se necessário, atualizou a informação necessária para a elaboração do plano de emergência externo previamente à entrada em funcionamento de uma alteração substancial? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| d) O operador reviu e, se necessário, atualizou a informação necessária para a elaboração do plano de emergência externo por ocasião da revisão do plano? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

Observações:

Por ocasião da revisão do Plano de Emergência Externo (PEE), em maio de 2020, o operador enviou ao Serviço Municipal de Proteção Civil da Horta a versão atualizada do Plano de Emergência Interno (revisão de 2019) e deu o seu parecer acerca do documento elaborado (PEE).

6 – Implementação da política de prevenção de acidentes graves

6.1 – Garantia de meios e estruturas adequados

| Requisito | Sim | Não | Não aplicável |
|--|-------------------------------------|--------------------------|-------------------------------------|
| a) O operador de estabelecimento de nível superior garantiu a existência de um sistema de gestão da segurança para a prevenção de acidentes graves? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| b) O operador de estabelecimento de nível inferior garantiu a existência de sistemas de gestão adequados para a implementação da política de prevenção de acidentes graves? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| c) O operador garantiu a existência de meios e estruturas adequadas para estabelecer, implementar, manter e melhorar de forma contínua a implementação da política de prevenção de acidentes graves? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

Observações:

O operador tinha implementado um sistema de gestão para a prevenção de acidente graves (SGSPAG) auditado nos termos do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto. Nas auditorias realizadas em março de 2020 e em abril de 2021 o sistema foi considerado conforme.

O estabelecimento encontrava-se também abrangido por sistemas certificados de gestão da qualidade (ISO 9001) e da segurança (ISO 45001).

6.2 – Organização e pessoal

| Requisito | Sim | Não | Não aplicável |
|--|-------------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| a) O operador garantiu a atribuição de funções e responsabilidades ao pessoal envolvido na gestão dos perigos de acidentes graves a todos os níveis da organização, designadamente no que respeita à conceção, implementação e manutenção do SGSPAG? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

| Requisito | Sim | Não | Não aplicável |
|---|-------------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| b) O operador assegurou a determinação das competências necessárias das pessoas que trabalham no estabelecimento, bem como a avaliação da competência dessas pessoas com base em escolaridade, formação ou experiência adequadas? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| c) O operador garantiu a consciencialização das pessoas que trabalham no estabelecimento para a prevenção de acidentes graves e para a melhoria contínua do controlo dos perigos de acidente grave? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

Observações:

As funções e responsabilidades do pessoal envolvido na gestão dos riscos de acidentes graves encontravam-se definidas no Relatório de Segurança. O operador elaborou um plano anual de formação, de acordo com o levantamento de necessidades de formação previamente realizado. São realizadas ações periódicas de sensibilização internas sobre a prevenção e controlo de acidentes graves.

6.3 – Identificação e avaliação de riscos de acidentes graves

| Requisito | Sim | Não | Não aplicável |
|--|-------------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| a) O operador definiu procedimentos para a identificação sistemática dos perigos e a avaliação do risco de acidentes graves, aplicáveis a todas as atividades, incluindo subcontratadas, e fases relevante de funcionamento do estabelecimento (operações de rotina, arranque, paragem, manutenção)? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| b) O operador definiu metodologias de identificação sistemática dos perigos e de avaliação do risco de acidentes graves, que incluam critérios de graduação e aceitabilidade do risco e a necessidade de identificação de medidas de prevenção e/ou mitigação? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| c) O operador aplicou os resultados das metodologias mencionadas no ponto anterior, na definição e/ou atualização de objetivos, instruções de trabalho e outros documentos relacionados com a prevenção de acidentes graves? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

Observações:

A avaliação periódica dos riscos era realizada de acordo com a Instrução de Trabalho 10.07. A última atualização datava de janeiro de 2021. A avaliação de riscos abrangia os seguintes processos: gestão de infraestruturas e ambiente de trabalho; aprovisionamento e armazenagem de GPL; enchimento de GPL em garrafas.

6.4 – Controlo operacional

| Requisito | Sim | Não | Não aplicável |
|--|-------------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| a) O operador identificou as atividades relevantes do ponto de vista de segurança e prevenção de acidentes graves, com base em informação atualizada sobre perigos inerentes aos processos, produtos e equipamentos? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| b) O operador estabeleceu, implementou e mantém procedimentos e instruções de segurança para as atividades identificadas nos termos do ponto anterior, que permitam a sua execução em condições de segurança? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

| Requisito | Sim | Não | Não aplicável |
|--|-------------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| c) O operador estabeleceu autorizações de trabalho para as atividades consideradas relevantes, que incluam a avaliação prévia do risco associado, a definição de responsabilidades para a sua emissão, a duração da autorização e as condições de segurança necessárias à realização das atividades? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| d) O operador estabeleceu, implementou e mantém planos de calibração, ensaio, manutenção e inspeção aos equipamentos e instrumentação críticos do ponto de vista de segurança, os quais devem incluir a gestão do risco associado ao envelhecimento e corrosão? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| e) O operador assegurou a gestão da informação relativa aos perigos e utilização segura das substâncias perigosas? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

Observações:

Na documentação dos sistemas de gestão implementados no estabelecimento estavam contemplados diversos procedimentos e instruções que visavam garantir a integridade dos equipamentos e a segurança das operações e instalações.

Quaisquer trabalhos de entidades externas dentro do parque estavam sujeitos à emissão de autorização de trabalhos. Na data da inspeção estavam em vigor duas autorizações de trabalhos, relacionadas com as obras de remodelação do serviço de incêndio e com a remoção de telhas de fibrocimento.

6.5 – Gestão das modificações

| Requisito | Sim | Não | Não aplicável |
|--|-------------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| a) O operador implementou procedimentos para a gestão de modificações que possam afetar o controlo do risco de acidentes graves? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

Observações:

O operador definiu um procedimento para gestão das modificações que consta da Instrução de Trabalho 10.09. Foi aberto um processo de modificação para as obras em curso relacionadas com a melhoria do serviço de incêndio (modificação n.º 3/2021, de 15 de março).

6.6 – Planeamento de emergências

| Requisito | Sim | Não | Não aplicável |
|---|-------------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| a) O operador adotou e implementou procedimentos para identificar situações de emergência previsíveis, de modo a serem integradas no Plano de Emergência Interno? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| b) O operador adotou e implementou procedimentos para preparar, testar e rever o Plano de Emergência Interno? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| c) O Plano de Emergência Interno foi divulgado junto dos trabalhadores do estabelecimento? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| d) O operador efetua a avaliação do desempenho na sequência da ocorrência de acidentes ou incidentes e exercícios de aplicação do Plano de Emergência Interno? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Observações:

As potenciais emergências incluídas no Plano de Emergência Interno foram identificadas com base num estudo de análise de risco. Eram realizados exercícios internos para treino da aplicação do plano de emergência com periodicidade mensal. A avaliação do desempenho na aplicação do plano consta do relatório elaborado após cada exercício.

6.7 – Monitorização de desempenho

| Requisito | Sim | Não | Não aplicável |
|---|-------------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| a) O operador definiu objetivos específicos relevantes para a prevenção de acidentes graves? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| b) O operador definiu e implementou procedimentos para monitorizar, em intervalos planeados, o desempenho ao nível de segurança para a prevenção de acidentes graves e do desempenho do SGSPAG? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| c) O operador implementou procedimentos para gerir acidentes (incluindo o reporte obrigatório), incidentes e não conformidades? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

Observações:

O operador elaborou um quadro de objetivos do sistema integrado de gestão (AQS) para o ano de 2021, cuja evolução é controlada trimestralmente. Existe ainda um controlo e monitorização contínuos em resultado da aplicação das medidas constantes das várias instruções de trabalho.

Estavam implementados procedimentos para a gestão de não conformidades, independentemente da respetiva origem (instruções de trabalho 10.02 e 10.03).

O procedimento para comunicação de acidentes estava previsto no capítulo 10.2 do plano de emergência interno. O operador apenas previa comunicar o acidente à autoridade ambiental (Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas) e à entidade licenciadora (Direção Regional da Energia), conforme estabelecido no artigo 89.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro. Recomenda-se que o procedimento seja alterado de modo a alargar a comunicação à Inspeção Regional do Ambiente e ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, em conformidade com o disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto.

6.8 – Auditoria e revisão

| Requisito | Sim | Não | Não aplicável |
|--|-------------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| a) O operador implementou procedimentos que assegurem a realização de auditorias internas de forma a determinar se o SGSPAG está em conformidade e é eficazmente implementado e mantido? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| b) Os resultados das auditorias internas são comunicados à gestão relevante e a outros destinatários que sejam considerados pertinentes? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| c) O operador de estabelecimento de nível superior assegurou a realização de auditoria por verificador qualificado pela Agência Portuguesa do Ambiente? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

| Requisito | Sim | Não | Não aplicável |
|--|-------------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| d) O operador assegurou a revisão do SGSPAG, ao nível da gestão de topo, de forma a assegurar que este sistema continua adequado, suficiente e eficaz? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

Observações:

O operador realiza auditorias internas e externas com periodicidade anual aos requisitos dos referenciais de qualidade e segurança e ao SGSPAG.

A revisão do SGSPAG ao nível da gestão de topo é realizada com periodicidade anual (data da ata da reunião da última revisão: 31/03/2021).

6.9 – Deveres gerais do operador

| Requisito | Sim | Não | Não aplicável |
|--|-------------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| a) Face ao grau de cumprimento dos requisitos elencados nos pontos 6.1 a 6.8. o empregador tomou as medidas necessárias para evitar a ocorrência de acidentes graves e limitar as suas consequências para a saúde humana e o ambiente? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| b) Tendo-lhe sido solicitado no âmbito da inspeção, o operador forneceu à Inspeção Regional do Ambiente as informações e comprovativos sobre a adoção das medidas necessárias para evitar a ocorrência de acidentes graves e limitar as suas consequências para a saúde humana e o ambiente? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

Observações:

7 – Irregularidades e infrações detetadas

Não foram verificadas irregularidades passíveis de procedimento contraordenacional.

8 – Indicações e medidas adotadas

Indicações transmitidas:

Medidas adotadas:

☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

- ☒ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☐ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Outra: Envio do relatório à DRAAC para conhecimento.

Ponta Delgada, 8 de outubro de 2021

O Inspetor Superior Principal

Paulo Martins Rio